



**MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PARA
TODOS**

PLANO ESTRATÉGICO 2015-2019

Aprovado pela Assembleia Geral em Maio 2015

LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

ADE – Assistência directa a escola

ADEMO – Associação dos Deficientes de Moçambique

AEA – Alfabetização e Educação de Adultos

AMOPED – Associação Moçambicana de Pais e Encarregados de Educação

AMUDEIA – Associação das Mulheres Desfavorecidas da Industria Açucareira

ANCEFA - African Network Campaign on Education for All

ANDA – Associação Nacional para o Desenvolvimento Autosustentado

GCC – Grupo Conjunto de Coordenação

CESC – Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil

CESF – Civil Society for Education Fund

CGE – Campanha Global para Educação

CNAC – Conselho Nacional dos Direitos da Criança

DPEC – Direcção Provincial de Educação e Cultura

EP1 – Ensino Primário do 1º grau

EP2 – Ensino Primário do 2º grau

ESG1- Ensino Secundário Geral do 1º grau

ESG2, - Ensino Secundário Geral do 2º grau

ETP-MES- Ensino Técnico Profissional

ESAM – Ensino Superior Aberto Moçambicano

FAMOD – Fórum de Associações Moçambicanas de Deficientes

FELITAMO – Female Literacy Angola and Mozambique

FTI – Fast Track Initiative

GLE- Grupo Local da Educação

GIZ – Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit

GMD – Grupo Moçambicano da Dívida

IEC – Informação, Educação, Comunicação

IOF - Inquérito ao Orçamento Familiar

IPCC - Instituições de Participação e Consulta Comunitária

MCGAS – Ministério da Criança, Género e Acção Social

MEPT – Movimento de Educação Para Todos

MICS - Inquérito sobre Indicadores Múltiplos

MINEDH – Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano

NEE - Necessidades educativas especiais

ONG's – Organizações não governamentais

ONP – Organização Nacional dos Professores

OSC- Organizações da Sociedade Civil

OSISA – Open Society Initiative for Southern Africa

PARPA – Plano Anual de Redução da Pobreza Absoluta

PARPA II - Planos para a Redução da Pobreza Absoluta

PCD – Pessoas com Deficiência

PE – Plano Estratégico

PEE - Plano Estratégico da Educação

PES- Plano Económico Social

PIB – Produto Interno Bruto

QAD – Quadro de Avaliação de Desempenho

RAR – Reunião Anual de Revisão

SC – Sociedade Civil

S/I – Sem informação

SNE - Sistema Nacional da Educação

UDEBA – Unidade para o Desenvolvimento da Educação Básica

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

VSO – Voluntary Service Overseas

WLSA – Women and Law in Southern Africa Research and Education Trust

ZIP – Zona de Intervenção Pedagógica

FIGURAS

Fig.1. Processo de mudança

ÍNDICE

	Pág.
SUMÁRIO EXECUTIVO	7
1. INTRODUÇÃO	10
2.O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PARA TODOS - MEPT	11
3.CONTEXTO DA EDUCAÇÃO	
3.1.SITUAÇÃO GLOBAL DA EDUCAÇÃO	12
3.2. SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM ÁFRICA	12
3.3. SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM MOÇAMBIQUE	13
4. VISÃO; MISSÃO; VALORES E OBJECTIVO FINAL DO MEPT	16
4.1.VISÃO	16
4.2.MISSÃO	16
4.3. VALORES	16
4.4. OBJECTIVO FINAL	16
5.ANÁLISE ORGANIZACIONAL	17
6.JUSTIFICATIVA DO PE 2015-2019	18
7. O PROGRAMA DO MEPT PARA 2015-2019	19
7.1. Objectivo e Resultado Final	19
7.2. Áreas estratégicas do Programa	19
7.3.Objectivo e estratégicos, resultados e principais acções	21
7.4.A teoria da mudança	23
8.GRUPOS ALVOS, BENEFICIÁRIOS E ÁREAS GEOGRAFICAS	24
8.1. GRUPOS ALVOS	24
8.2. GRUPOS BENEFICIÁRIOS (GRUPO DE IMPACTO)	24
8.3.ÂMBITO GEOGRÁFICO	24
9. ESTRUTURA DE IMPLEMENTAÇÃO	25
10.MONITORIA E AVALIAÇÃO	26
11.MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS	27
12.REFERENCIAS BIBLIGRÁFICAS	28

ANEXO I - MATRIZ OPERACIONAL DO PLANO ESTRATÉGICO	29
ANEXO II - MATRIZ DE MONITORIA DE EFEITOS E IMPACTOS	33
ANEXO III – ORÇAMENTO INDICATIVO	41
ANEXO IV – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MEPT	44
ANEXO V – LIST DE PARTICIPANTES	45

SUMÁRIO EXECUTIVO

Antecedentes

O primeiro Plano Estratégico (2004-2006) priorizou a definição da agenda do MEPT e do impacto desejado como resultado da intervenção da Sociedade Civil em prol da “educação para todos” em Moçambique. Segundo o documento do Plano Estratégico 2009-2013, pouca atenção teria sido dada à estrutura de funcionamento do MEPT assim como a clarificação do papel e abordagem de advocacia que seria realizada por este. Porém, no período de transição do primeiro para o segundo Plano Estratégico, o MEPT teria alcançado um reconhecimento ao nível nacional e do continente, cujo crescimento impunha necessidades específicas, sendo de destacar as seguintes: uma definição clara das mudanças que se pretendem influenciar com as ações de advocacia do MEPT; a clarificação do papel e da abordagem de advocacia do MEPT; a melhoria dos processos de coordenação e comunicação a nível interno; a expansão da capacidade de coordenação das actividades a nível das províncias e distritos; e a melhoria da base de financiamento das actividades do Movimento.

O Plano Estratégico 2009-2013 assumiu como prioritárias as necessidades acima referidas, tendo consolidado, pelo menos ao nível do topo, o espaço de participação no diálogo político e o reconhecimento do governo e dos parceiros de apoio programático como interlocutor válido das Organizações da Sociedade Civil nos assuntos sobre a educação. No que respeita às outras prioridades, tanto a avaliação externa realizada ao plano de 2009-2013, como duas outras avaliações¹ focalizadas no desenvolvimento institucional, todas realizadas em 2014, recomendam especial atenção.

Prioridades Estratégicas 2015 - 2019

O Plano Estratégico 2015-2019 do Movimento de Educação Para Todos visa responder aos desafios constatados na avaliação externa do PE anterior no que tange à implementação de procedimentos democráticos, responsáveis e cada vez mais transparentes da governação e gestão; bem como da consolidação do trabalho em rede ao nível da base² e o fortalecimento da capacidade dos seus membros para a monitoria, advocacia e mobilização social³. Este Plano é concebido num momento em que o MINEDH se concentra na aprendizagem dos alunos através da melhoria da qualidade da educação, tendo como principal enfoque o processo de ensino e aprendizagem na sala de aula.

Nesse sentido, foi definido como objectivo final do Movimento de Educação para Todos para os próximos 5 anos: *“contribuir para a melhoria da qualidade da educação para que ela responda, sem discriminação, aos desafios de desenvolvimento do país.”*

O resultado final esperado das acções do Movimento é que *“Em Moçambique, todas as crianças em idade escolar e sem discriminação, tenham acesso a educação de qualidade até 2019”*.

¹ GIZ e VSO

² Grupos Temáticos Provinciais da Sociedade Civil sobre Educação

³ Cidadania activa

A materialização deste Plano Estratégico assenta em dois pilares principais de trabalho: o primeiro é uma acção directa de **advocacia** baseada em evidências constatadas através de pesquisas e acções regulares de monitoria e avaliação dos processos de implementação de políticas, programas e planos sectoriais a nível local (província, distritos e autarquias). O segundo é a **capacitação**, concentrando-se, por um lado, no desenvolvimento institucional para que o MEPT observe procedimentos democráticos, responsáveis e cada vez mais transparentes de governação interna e gestão; por outro, o fortalecimento da capacidade dos seus membros para que possam contribuir de forma efectiva e eficaz para a monitoria, advocacia e mobilização social.

Para a realização do objectivo final foram identificados três objectivos estratégicos que nortearão o PE nos próximos cinco anos e os seguintes resultados como determinantes:

ÁREAS ESTRATÉGICAS	CAPACITAÇÃO	Objectivo Estratégico 1: Melhorar a capacidade de governação interna e gestão da organização, aos diferentes níveis (Central, Provincial, Distrital)	Resultados 1.1: MEPT tem consolidado uma estrutura organizacional, e adopta práticas de boa governação interna e gestão que promovam a transparência e eficácia a todos os níveis da instituição
		Objectivo Estratégico 2: Melhorar a qualidade e a eficácia das intervenções das organizações da sociedade civil membros do MPET, através da difusão de melhores métodos e conhecimento técnico	Resultados 2.1: As organizações da sociedade civil membros do MEPT realizam com eficácia as suas intervenções nos espaços de diálogo político com o governo e na mobilização social
	ADVOCACIA	Objectivo Estratégico 3: Influenciar os actores estatais e não estatais para a adopção e implementação efectiva de políticas e programas que melhorem o acesso e a qualidade da educação em Moçambique	Resultados 3.1: Melhorado o acesso e qualidade de educação

Os principais grupos de impacto nos próximos cinco anos são crianças, jovens e adultos de ambos os sexos, em particular **meninas e crianças em circunstâncias difíceis, jovens e adultos analfabetos**.

O orçamento indicativo para o período de implementação do actual plano estratégico (2015 – 2019) é de cerca de **7.648.027,MT** anuais (o equivalente a cerca de 218.515,00USD), devendo as despesas do primeiro ano incidir sobre o desenvolvimento institucional, como por exemplo, a revisão do regulamento interno do MEPT, revisão ou elaboração de normas e procedimentos de gestão e controlo administrativo, do guião de programas e do sistema de monitoria e avaliação; a aquisição de meios e equipamentos para a realização do seu trabalho, assim como a elaboração de uma estratégia de mobilização de fundos.

1. INTRODUÇÃO

O presente documento contém as linhas de orientação estratégica do Movimento de Educação para Todos (MEPT) para o período de 2015-2019.

O Plano Estratégico é inspirado e desenvolvido com base na análise interna do MEPT, dos principais *stakeholders* e tendências do contexto externo em que o MEPT opera. O mesmo está concebido em consonância com as estratégias de desenvolvimento nacionais e globais, tais como o PEE, PQ, PES e as MDM, e reflecte ainda o esforço de contribuir para uma sociedade civil mais interventiva e efectiva nos processos político, social e económico do país, com vista ao desenvolvimento inclusivo e sustentável e bem-estar da população, através do acesso a educação de qualidade para todos.

O processo de elaboração do PE foi facilitado por uma equipa constituída por três consultores independentes, usando como metodologia a consulta documental, questionários aos membros baseados nas províncias; entrevistas presenciais a membros, técnicos do MINEDH, parceiros estratégicos e do Apoio Programático; 1 workshop para apresentação de dados preliminares para cerca de 30 membros e convidados, em Maputo, reuniões técnicas com a equipa do Secretariado Executivo e apresentação do *draft* à Assembleia Geral⁴.

O documento apresenta:

- Sumário executivo
- Historial do MEPT
- Informação sobre o contexto da Educação
- Análise do ambiente envolvente interno e externo
- O programa do MEPT 2015-2019
- Anexos contendo: 1) Matriz do plano operacional; 2) Matriz de Monitoria dos efeitos e impacto; Orçamento indicativo; Organograma; Lista de participantes no processo de elaboração do PE 2015-2019

⁴ Abril 2015

2. O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PARA TODOS - MEPT

A ideia da criação do Movimento de Educação para Todos (MEPT) surgiu por volta de 1990, quando um pequeno grupo de ONG's nacionais e internacionais se juntou para apresentar ao governo os resultados da avaliação da qualidade de ensino em Moçambique, acreditando na necessidade do diálogo da sociedade civil com o governo, através da advocacia, quer para o sector público, quer privado, para assegurar o acesso, relevância e qualidade da educação básica para todos os cidadãos.⁵

Os resultados não satisfatórios da avaliação foram, em si próprios, o factor de decisão para que algumas destas organizações enviassem os seus representantes para o Fórum Mundial de Educação Para Todos em Dakar, no Senegal (2000). Algumas destas organizações já haviam participado no encontro preparatório de Dakar, que se realizou em Bruxelas sob os auspícios da Campanha Global para Educação (CGE).

Na época do seu surgimento, muitas organizações que trabalhavam na área da educação estavam focalizadas na provisão de serviços. A “advocacia” e campanhas não eram vistas como conceitos fáceis de serem percebidos, especialmente no contexto moçambicano, que transitava de uma governação centralizada e com o mínimo de participação da Sociedade Civil.

O MEPT é a única rede com representatividade em todas províncias⁶ na área da educação, e reconhecida pelo governo e parceiros de apoio programático como interlocutor válido em representação das organizações da Sociedade Civil em Moçambique, com assento permanente na Reunião Anual de Revisão (RAR) do Grupo Local da Educação (GLE) e nos diferentes grupos de trabalho a nível do sector de educação.

O Movimento cresceu de um pequeno grupo de cerca de oito membros⁷ em 1999 passando a congregar cerca de 200 organizações membros⁸ em 2009. Este número reduziu nos últimos cinco anos, pelo que actualmente⁹, o MEPT conta com 134 membros em todo o país.

O MEPT está filiado a nível regional à African Network Campaign on Education For All (ANCEFA) da qual é actualmente presidente e, a nível internacional, à Global Campaign for Education (GCE).

⁵ (http://www.mept.org.mz/index.php?option=com_content&view=article&id=50&Itemid=34/ acesso a 01.09.14)

⁶ Pontos Focais eleitos localmente pelos membros

⁷ Zaida Cabral – Revisão do Rascunho do Relatório Preliminar da Avaliação do Plano Estratégico 2009 – 2013

⁸ MEPT – Plano estratégico 2009-2013

⁹ Abril 2015

3. CONTEXTO DA EDUCAÇÃO

3.1. Situação global da educação

O Fundo das Nações Unidas para a Infância(UNICEF)¹⁰ indica que, no global, os países registaram importantes progressos no que concerne ao acesso à educação. São progressos que decorrem da implementação da convenção sobre os direitos das crianças, da convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, dos objectivos do desenvolvimento do milénio, entre outros instrumentos que orientam a intervenção dos estados. O mesmo relatório destaca, não obstante os progressos alcançados, importantes disparidades que se registam entre estados e dentro dos estados em função do género, localização geográfica, riqueza e condição física. Cerca de nove em cada dez crianças que pertencem aos 20% de famílias mais ricas nos países menos desenvolvidos frequentam a escola primária – em comparação com apenas seis em cada dez crianças que pertencem às famílias mais pobres. Na África Central e Ocidental, para cada cem rapazes matriculados na escola primária são admitidas apenas 90 raparigas.

3.2. Situação da Educação em África

África é dos continentes onde a problemática de acesso a educação constitui ainda um importante desafio. Em 2011 apenas 18% das crianças menores de 5 anos tiveram acesso à educação; 23% das meninas pobres das zonas rurais completam o ensino primário (Unesco, 2014)¹¹. Para Ancefa (2014)¹², cerca de 29,8 milhões de crianças, na sua maioria raparigas em idade escolar, encontra-se fora da escola, e 184 milhões de adultos são iletrados. Esta situação decorre de razões diversas, sendo de destacar o limitado investimento em cuidados de infância precoce e educação (ECCE) que resulta em taxas de inscrição muito baixas, a falta de professores treinados e motivados para fornecer educação de qualidade, o impacto de algumas pandemias como HIV/SIDA e ébola, os conflitos armados, os desastres naturais, entre outras .

De acordo com a avaliação intercalar da segunda década na educação, da União Africana, realizada o ano passado, relativamente ao limitado investimento na área da educação básica, importa destacar que a maioria dos governos africanos ainda não cumpre as boas práticas internacionais de alocação de 20% do seu orçamento ou 6% do seu PIB à educação.

Para fazer face ao quadro acima descrito, os governos dos estados Africanos subscreveram a declaração de DAKAR e FTI (Fast track Initiative), assumindo o compromisso de implementação dos objectivos de desenvolvimento do milénio(ODM).

¹⁰ Relatório da UNICEF sobre a situação da infância no mundo 2015

¹¹ Relatório da UNESCO sobre a monitoria global dos objectivos de Educação para todos 2014

¹² Outcome document from Ancefa regional education policy forum, Addis Ababa, Ethiopia, 9-10 December 2014

3.3. Situação da Educação em Moçambique

Em Moçambique, o acesso a educação apresenta progressos assinaláveis. De acordo com o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH), no seu relatório de balanço de desempenho do sector no período 2010- 2014, a rede escolar registou crescimento em todos os níveis, com maior destaque no Ensino Primário Completo do 2º Grau (EP2) e Ensino Secundário Geral do 2º Grau (ESG2). Melhorou a participação das meninas, em todos os níveis e em todas as províncias. As taxas líquidas de escolarização melhoraram ligeiramente em todos os níveis de ensino, o que mostra que o sistema beneficia mais os alunos nas idades certas. Existe quase equidade na participação das raparigas e rapazes no Ensino Primário do 1º Grau (EP1), e houve melhorias nos últimos anos nas províncias com menor participação em 2009. Aumentou ainda a participação das crianças com necessidades educativas especiais (NEE) de 74.000 em 2009 para 100.000 em 2014 (Ensino Primário). Contudo, estima-se que apenas 15% das crianças com NEE participam no Ensino Primário na base da informação do Inquérito sobre Indicadores Múltiplos (MICS 2008), que estima que a deficiência atinge cerca de 14% das crianças. Em 2014, cerca 700 mil alunos no Ensino Primário eram órfãos de um ou ambos os pais. No quinquénio 2010-2014, o Sistema Nacional da Educação (SNE) continuou a expandir, embora de forma mais moderada, comparativamente ao que se verificou no quinquénio anterior (2005-2009).

O país dispõe de um conjunto de políticas e estratégias que procuram promover o acesso, retenção e melhor aproveitamento na área da educação. A Constituição da República, no seu artigo 88, estabelece a educação como direito e dever de cada cidadão. A agenda 2025, o plano quinquenal do governo 2015-2019, o plano estratégico de educação e cultura 2012-2016 sistematizam e destacam as principais acções para maior acesso a educação. A estratégia nacional de segurança social básica (ENSSB) possui também como um dos pilares a acção social escolar, o que reflecte o compromisso do estado em assegurar a educação das crianças com limitados recursos. Por outro lado, Moçambique subscreveu os objectivos de desenvolvimento do milénio, a declaração de DAKAR cuja finalidade é assegurar que todos os cidadãos tenham acesso a educação primária e gratuita de qualidade, de 7 classes, até o ano de 2015. O sector da Educação em Moçambique encontra-se a participar da iniciativa EFAFTI (education for all fast track initiative) desde 2003, que visava acelerar o acesso universal e a conclusão do ensino primário por todas crianças em idade escolar até 2015..

A nível de operacionalização dos diferentes instrumentos legais, Moçambique possui um mecanismo de coordenação com os diferentes intervenientes, incluindo a sociedade civil, no processo de educação. Estão em implementação diferentes intervenções concebidas para melhorar a qualidade da educação, tais como a implementação do projecto-piloto na área de 1ª infância, a expansão do programa de ensino bilingue e do ensino à distância no ensino pós-

primário, a revisão das taxas e propinas para o ensino secundário, bem como os instrumentos de garantia de qualidade do Ensino Técnico Profissional e do Ensino Superior.

Apesar destes importantes progressos alcançados no país, ainda se registam disparidades na retenção dos alunos entre as províncias das zonas norte, centro e sul, e também aumentou a disparidade entre a província com a maior retenção (Cidade de Maputo) e as com menor (Cabo Delgado em 2010, e Niassa em 2014).

Embora quase todas as crianças em idade escolar (6-10 anos) se matriculem na escola (taxa de escolarização líquida dos 6-10 anos é de 100%), apenas 70% dos alunos que frequentaram a 1ª classe em 2012 frequentam a 3ª classe em 2014.

Os resultados da Avaliação da Aprendizagem sobre as competências de leitura dos alunos frequentando a 3ª classe em 2013 confirmam um baixo nível de aquisição das competências na leitura no 1º ciclo do Ensino Primário. Consequentemente, um grande número de jovens sai do sistema sem ter conseguido as competências críticas na área de leitura, escrita e cálculo, contribuindo para a continuação de altas taxas de analfabetismo e uma participação no ensino pós-primário abaixo do desejável. O aumento das taxas de repetição, no diurno, bem como no nocturno, no ensino pós primário mostram a pouca eficiência interna deste nível de ensino.

Embora a sociedade civil participe nos mecanismos de coordenação ao nível central – MINEDH, na maior parte das províncias essa participação tem-se revelado pouco eficaz. Na 15ª reunião de avaliação do plano estratégico de educação e cultura (2012-2016) realizado em Março de 2014, a sociedade civil apontou o limitado envolvimento dos diferentes actores nas reflexões sobre os assuntos inerentes à educação em Moçambique, considerando que esse facto terá contribuído para que o país não alcançasse três dos quatro objectivos do milénio.

O exercício de avaliação da implementação do programa do governo no sector de educação 2010-2014, a auscultação levada a cabo no contexto da avaliação do desempenho do sector de educação 2013, de elaboração do programa quinquenal 2015- 2019 e a breve pesquisa realizada no âmbito de elaboração deste plano revelaram a preocupação da sociedade, que considera não satisfatórios os actuais níveis de qualidade da educação, destacando-se como principais causas os seguintes factores: o sistema nacional de educação adoptado em 1992 não responde às actuais dinâmicas de desenvolvimento do país, limitada capacidade financeira para responder às necessidade de formação dos professores e gestores de escolas e construção de infra-estruturas adequadas para a dimensão das turmas e exigências decorrentes de calamidades naturais, o elevado nível de absentismo dos directores, professores e alunos, a violência baseada no género, obrigando, muitas vezes, a desistências principalmente das raparigas; limitada capacidade dos pais e encarregados de educação em providenciarem acompanhamento e apoio às crianças no processo de aprendizagem, entre outros factores.

Estes aspectos constituem importantes desafios sobre os quais o governo e a sociedade se devem concentrar.

4. VISÃO, MISSÃO, VALORES E OBJECTIVO FINAL DO MEPT

4.1. Visão:

“Um país onde todas as crianças, jovens e adultos de ambos os sexos tenham acesso a uma educação básica de qualidade, sem qualquer tipo de discriminação”.

4.2. Missão:

“Realizar acções de advocacia junto ao governo, ao sector público, à sociedade civil e sector privado, para que uma educação básica de qualidade seja acessível e usufruída por todos os cidadãos e cidadãs”.

4.3. Valores:

Cometimento: o interesse e engajamento com a causa da Educação de Qualidade em Moçambique.

Voluntarismo: os membros e colaboradores assumem a causa de Advocacia para uma Educação Básica de Qualidade, como um acto principalmente de voluntarismo.

Humanismo: os Membros e colaboradores do MEPT defendem a Educação para Todos como uma questão do Direito Humano.

Colectivismo: o MEPT valoriza o sentido de colectivismo entre os seus membros e parceiros.

Inclusão: o MEPT defende a inclusão dos diferentes grupos de interesse nos processos de planificação e implementação das suas actividades.

Transparência e prestação de contas: o Movimento encoraja os membros a desenvolverem sistemas e processos para uma governação e liderança transparente e participativa.

4.4. Objectivo:

O objectivo final do MEPT é *“contribuir para a melhoria do acesso a educação de qualidade e inclusiva que dê particular atenção às raparigas, mulheres e crianças vulneráveis”.*

Para o efeito, o MEPT adoptou os seis objectivos de Dakar referentes à Educação para Todos como áreas temáticas da sua actuação, nomeadamente:

- i. Expansão do ensino pré-escolar,
- ii. Universalização do ensino primário,
- iii. Educação de adultos,
- iv. Equidade do género,
- v. Habilidades para a vida,
- vi. Relevância e qualidade do ensino

5. ANÁLISE ORGANIZACIONAL

De forma a consubstanciar o presente Plano Estratégico, fez-se a análise ao ambiente interno e externo do MEPT, cujos pontos principais se resumem nos seguintes:

Forças	Fraquezas
<p>O MEPT é reconhecido pelo MINEDH e doadores como o único grupo organizado e representativo, congregando organizações da sociedade civil sobre assuntos da educação. A Missão da organização é relevante para os problemas que preocupam a sociedade, estando as OSC motivadas para a manutenção de um movimento organizado e coordenado pela causa da educação. Ao mesmo tempo, o MEPT manteve a sua participação regular nas reuniões da ANCEFA da qual é presidente</p>	<p>O tipo e característica do MEPT como associação ainda não completamente reconhecido ou aceite pelos membros assim como o conceito ambíguo de membro do MEPT podem ser determinantes e/ou interferir no fluxo de comunicação bastante fraco.</p> <p>Pouca clarificação na distinção de tarefas dos pontos focais e secretariado executivo.</p> <p>Fracos processos de desenvolvimento organizacional (acção – reflexão – aprendizagem - planificação)</p> <p>Pouca transparência na forma de utilização dos recursos conseguidos nas parcerias.</p>
Oportunidades	Ameaças
<p>O MINEDH e doadores reconhecem o MEPT como interlocutor válido da sociedade civil sobre assuntos da educação, tendo assegurado pelo menos 10 lugares nas reuniões anuais do MINEDH e é membro com opinião vinculativa no GLE. As Agências e ONG's internacionais prestam apoio ao MEPT para a sua auto-definição e melhoramento de procedimentos de gestão interna, programática e de boa governação, enquanto o consenso sobre a qualidade de educação e os factores influenciadores criam um ambiente favorável para o trabalho de advocacia do MEPT, reforçado pelos membros que desenvolvem o seu conhecimento em áreas/assuntos específicos da educação</p>	<p>A imagem e credibilidade diminuídas ao longo do tempo afectam negativamente a mobilização de recursos do MEPT.</p> <p>A redução do nº de parceiros e do financiamento externo ao orçamento para o sector da educação pode reflectir negativamente nas acções da sociedade civil e, conseqüentemente, interferir nos planos do MEPT.</p> <p>O comportamento e práticas culturais mantidas ainda por muitas famílias afectam negativamente no direito à educação da criança e da rapariga em particular, e podem interferir nas metas do MEPT em particular e do sector da educação em geral.</p>

6. JUSTIFICATIVA DO PE 2015 - 2019

Considerando a advocacia como um meio para apoiar na identificação e solução dos problemas relacionados com o desenho e implementação de políticas públicas, o MEPT procura:

- Buscar sinergias entre as organizações da sociedade civil e pessoas singulares interessadas na educação para, numa só voz, promover consensos e posicionamentos comuns em relação às diferentes questões que afectam o sector;
- Buscar evidências para o posicionamento da sociedade civil nas matérias advogadas.

O MEPT acredita que as organizações da sociedade civil organizadas e capacitadas, através da advocacia e monitoria dos planos e políticas, podem contribuir para que:

- Os índices actuais de acesso à educação se tornem elevados;
- Os índices de retenção da criança na escola e da rapariga em particular incrementados;
- As pessoas portadoras de deficiência tenham acesso a educação;
- Os jovens e adultos, por via da alfabetização, desenvolvam habilidades para a vida;
- A qualidade de ensino melhore significativamente.

Esta crença do MEPT só será efectiva se as organizações da sociedade civil dispuserem de capacidades e recursos para acesso a conhecimento, informação, organização e liderança suficientes e adequadas para as suas intervenções.

Neste contexto, o MEPT pretende continuar a ser a fonte catalisadora dessas capacidades e recursos, de modo a tornar as OSC efectivas e influentes na melhoria da qualidade e acesso à educação para todos, sem discriminação. Em suma, o MEPT acredita que pode contribuir eficazmente no acesso à educação para todos por via da capacitação e fortalecimento da acção de advocacia das organizações da sociedade civil que intervêm na área da educação.

Este desiderato do MEPT pode ser alcançado através da implementação de algumas acções estratégicas.

7. O PROGRAMA DO MEPT PARA 2015-2019

7.1. Objectivo e Resultado Final

É objectivo final do Movimento de Educação para Todos para os próximos 5 anos: *“contribuir para a melhoria da qualidade de educação para que ela responda, sem discriminação, aos desafios de desenvolvimento do país.”*

O resultado final esperado das acções do Movimento é que *“Em Moçambique, todas as crianças em idade escolar e sem discriminação, tenham acesso a educação de qualidade até 2019”*.

7.2. Áreas Estratégicas do Programa

A materialização do Plano Estratégico assenta em dois pilares principais de trabalho:

O primeiro é uma acção directa de **advocacia** baseada em evidências constatadas nas pesquisas e acções regulares de monitoria e avaliação dos processos de implementação de políticas, programas e planos sectoriais a nível local (província, distritos e autarquias). Sendo as acções dispersas de *lobby* e advocacia frágeis, consumirem recursos e não produzirem efeitos satisfatórios, e assumindo-se o MEPT como coordenador das acções das organizações da sociedade civil que intervêm na área da educação, no âmbito da Campanha Global, deverá desenvolver uma estratégia de *lobby* e advocacia baseada nas redes temáticas de trabalho dos seus membros. Acredita-se que, com a focalização temática, as organizações membros poderão ser mais eficazes na demonstração de resultados, nomeadamente: influenciar leis, políticas, práticas, atitudes e comportamentos que sejam favoráveis e melhorem o acesso a uma educação de qualidade para todos.

O segundo pilar é a **capacitação**, concentrando-se, por um lado, no desenvolvimento institucional para que o MEPT observe procedimentos democráticos, responsáveis e cada vez mais transparentes de governação e gestão interna; por outro, o fortalecimento da capacidade dos seus membros para que possam contribuir de forma efectiva e eficaz para a monitoria, advocacia e mobilização social.

A operacionalização efectiva de toda a estratégia do MEPT só será eficaz se a equipa de implementação e gestão do plano estratégico e seus subsequentes planos operacionais for profissionalmente qualificada e dotada de capacidades técnicas e de recursos relevantes e de qualidade. Portanto, o MEPT deverá preocupar-se tanto a nível interno, como coordenador, mas também a nível externo, com os membros, como implementadores, porquanto a maioria das organizações da sociedade civil moçambicanas, em particular as que são membros do MEPT, que intervêm na área da educação ou do atendimento a criança são muito activas, mas

actúan num contexto de escassez de capacidade de análise e conhecimentos técnicos e científicos que suportem as suas intervenções. Este problema parece agudizar-se à medida que se desce do nível nacional ao local. Existem grupos organizados na comunidade, como p. ex.: os conselhos de escola, comissão de pais, núcleos de alfabetizadores, entre outras associações de âmbito local e activistas sociais que, nas suas intervenções recorrem ao senso comum junto aos grupos alvos, o que pode concorrer para a desinformação e agravamento dos problemas identificados. Eis a razão pela qual o MEPT considerou, também, a *capacitação* dos seus membros, como sendo área estratégica primordial para uma advocacia e intervenção baseadas em evidências.

7.3. Objectivos Estratégicos, Resultados e Principais Acções

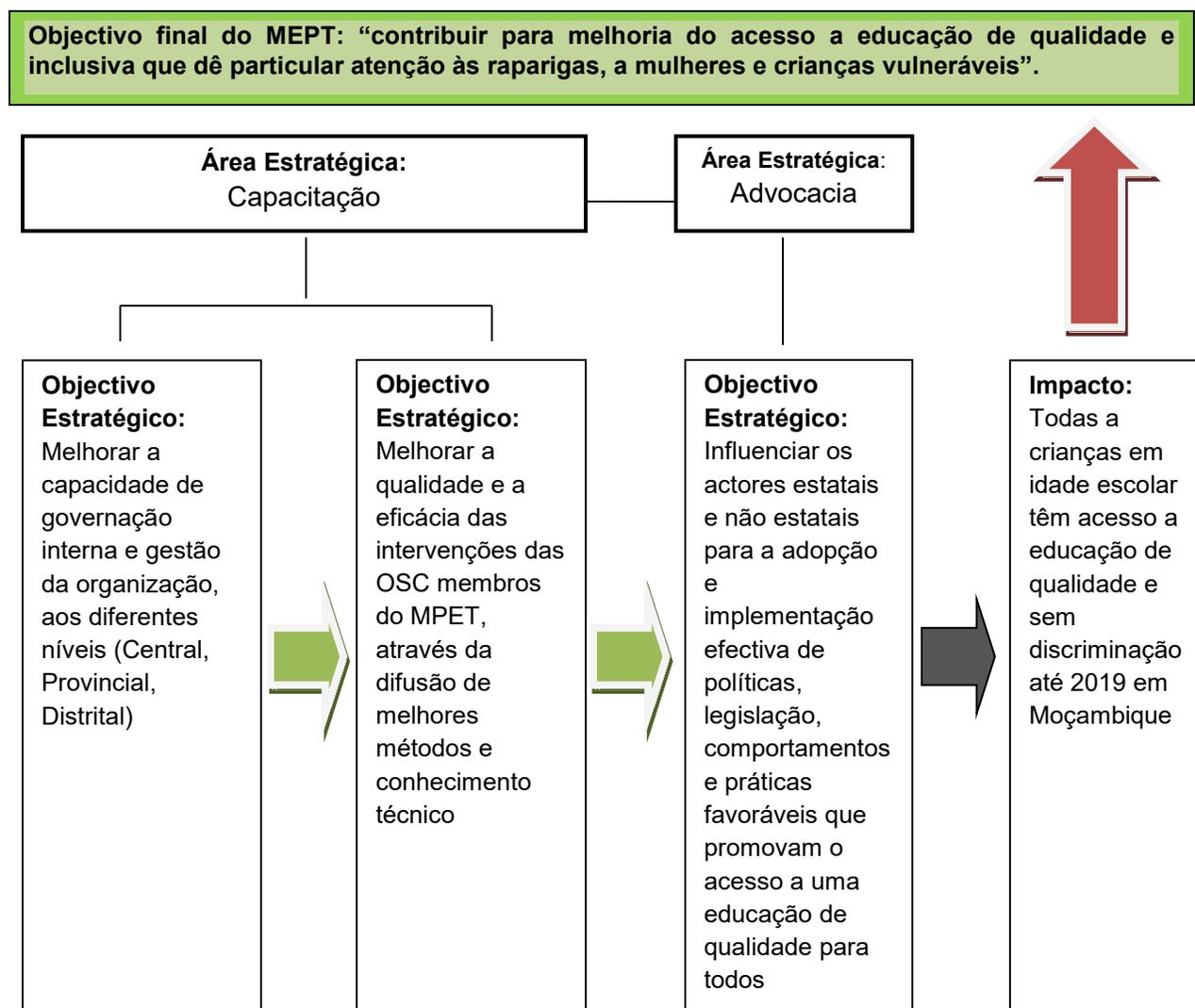
Área	Objectivos Estratégicos	Resultados	Principais Acções
CAPACITAÇÃO	Melhorar a capacidade de governação interna e gestão da organização, aos diferentes níveis (Central, Provincial, Distrital)	MEPT tem consolidada uma estrutura organizacional, e adopta práticas de boa governação interna e gestão que facilitam a transparência e eficácia a todos os níveis da instituição	Realizar assembleias-gerais anuais do MEPT
			Criar um mecanismo de articulação entre os membros a diferentes níveis (grupos temáticos, comités ou outras formas de representação a nível local)
			Criar um mecanismo de coordenação regular com parceiros técnicos, outras redes nacionais e internacionais (p. ex Ancefa);
			Criar e aplicar um Guião de Programa e o Sistema de Monitoria e Avaliação do programa do MEPT
			Criar um sistema de gestão (políticas e procedimentos administrativos e financeiros, códigos de ética, política salarial, etc.) e de programas
			Criar uma equipa de trabalho permanente, remunerada, capacitada e avaliada periodicamente.
	Melhorar a qualidade e a eficácia das intervenções das organizações da sociedade civil membros do MPET, através da difusão de melhores métodos e	As organizações da sociedade civil membros do MEPT realizam, com eficácia, as suas intervenções nos espaços de diálogo político com o governo e na mobilização social	Capacitar os membros em técnicas específicas para participação na articulação com o Estado sobre problemáticas da educação
			Capacitar os membros em técnicas específicas para a participação na monitoria de políticas e estratégias públicas do sector da educação.
			Capacitar os membros de técnicas sobre mobilização social para a educação.
			Promover palestras para os membros sobre as metas do PES e temas à volta da problemática da educação de qualidade para todos no país.

Área	Objectivos Estratégicos	Resultados	Principais Acções
	conhecimento técnico		
ADVOCACIA	Influenciar os actores estatais e não estatais para a adopção e implementação efectiva de políticas, legislação, comportamentos e práticas favoráveis que melhorem o acesso a uma educação de qualidade para todos	Melhorada a eficácia da acção de advocacia baseada em evidências	Realizar pesquisas sobre problemas recorrentes na área da educação, para propor legislação ou diplomas normativos conducentes à mudança da situação e à melhoria da qualidade da educação em Moçambique
			Realizar acções de advocacia para garantir que haja Leis ou outros diplomas de natureza legal, diplomas ministeriais, políticas, planos, programas e orçamentos ajustados às necessidades dos cidadãos no que se refere a disponibilidade, acesso e qualidade da educação
			Realizar acções de mobilização e consciencialização social para a realização do direito a educação básica para todos.
			Coordenar a participação da SC nas reuniões de consulta e decisão sobre planos e orçamentos a nível do MINEDH e outros Órgãos de Poder.

7.4. A Teoria de Mudança

Levando em conta o impacto esperado em 2019 - *Todas a crianças em idade escolar têm acesso a educação de qualidade e sem discriminação até 2019 em Moçambique* – a teoria de mudança assenta no pressuposto que melhorando a capacidade de governação interna e gestão da organização, o MEPT, como instituição, estará preparado para jogar o seu papel de coordenação e melhorar a qualidade e a eficácia das intervenções das organizações da sociedade civil membros, através da difusão de melhores métodos e conhecimento técnico, para influenciar os actores estatais e não estatais na adopção e implementação efectiva de políticas, legislação, comportamentos e práticas favoráveis que promovam o acesso a uma educação de qualidade para todos. A figura abaixo ilustra o processo de mudança que se pretende.

Figura 1. Processo de mudança



8. GRUPOS ALVOS, BENEFICIÁRIOS E ÂMBITO GEOGRÁFICO

8.1. Grupos Alvos

- ✓ Organizações da sociedade civil que trabalham na área da educação;
- ✓ Instituições de formação (ZIPs/ESCOLAS); Conselhos de escola; Comissão de Pais e Encarregados de Educação;
- ✓ Academias/Instituições de pesquisa;
- ✓ MINEDH, MGCAS, Instituições e Órgãos locais do Estado que interferem na área da educação, criança, género, nutrição, etc.;
- ✓ Assembleia da República, Assembleias Provinciais e Municipais;
- ✓ Agências e Organizações nacionais e estrangeiras;
- ✓ Instituições das Nações Unidas.

8.2. Grupos beneficiários (grupo de impacto)

Crianças, jovens e adultos de ambos os sexos sem qualquer tipo de discriminação, **em particular meninas e crianças em circunstâncias difíceis, jovens e adultos analfabetos.**

8.3. Âmbito geográfico

A implementação do PE 2015 – 2019 é extensiva a todas as províncias do país através do envolvimento dos seus membros e dos grupos com os quais intergaem. A presença dos membros pelo país apresenta-se actualmente assim mapeada:

Províncias	Membros	%	Pontos Focais
Cidade de Maputo	23	17.16	Não existe
Maputo	6	4.48	Não existe
Gaza	13	9.70	UDEBA
Inhambane	2	1.49	Mahlahle
Sofala	10	7.46	ASADEC
Manica	3	2.24	Magariro

Tete	24	17.91	FOPRONGT
Zambézia	16	11.94	CESC
Nampula	12	8.96	UATAF
Cabo Delgado	12	8.96	ADBG
Niassa	13	9.70	ESAM
Total	134	100.00	

9. ESTRUTURA DE IMPLEMENTAÇÃO

A instituição tem actualmente diferentes níveis de gestão, nomeadamente:

- A estrutura governativa interna do MEPT, que se compõe pelos órgãos sociais assim constituídos: Assembleia-geral, Conselho de Direcção e Conselho Fiscal.
- O nível executivo, constituído por uma Secretária Executiva, uma assistente administrativa e uma assistente financeira.

Actualmente não possui, mas o MPET necessita de ter na sua estrutura executiva mais duas pessoas, sendo uma, a dedicar-se estritamente à capacitação das organizações da sociedade civil membros do Movimento, e outra, na monitoria e recolha de evidências para as acções de advocacia.

Avaliações realizadas anteriormente concluíram que a implementação das acções do MEPT enfrenta importantes desafios que decorrem da falta de clareza sobre o papel e estruturação dos pontos focais provinciais, afigurando-se importante clarificar o perfil, principais atribuições, mecanismo de articulação com os órgãos de governação e secretariado executivo e o apoio técnico e de recursos a alocar.

Assim, a estrutura de implementação deverá estar orientada para responsabilidades e tarefas distribuídas a dois níveis, designadamente: nível do SE que coordena e nível dos membros que implementa as actividades, através da mobilização de recursos para o efeito.

O MEPT deve, pois, contar com o conhecimento e habilidades técnicas já existentes ao nível de alguns membros para responder às necessidades específicas de capacitações de modo multiforme, destinadas aos restantes membros e quando estes não existam, poderá recorrer ao apoio de outras redes existentes no país ou consultoria externa.

10. MONITORIA E AVALIAÇÃO

Uma das prioridades do Plano Estratégico 2015 - 2019 é a elaboração do guião e instrumentos de Monitoria e Avaliação. A matriz de operacionalização do plano estratégico e a matriz de monitoria do impacto, efeitos e seus indicadores constituem um anexo a este documento.

No que toca à monitoria contínua, são previstos 2 momentos importantes de avaliação:

Avaliação Intermédia - depois de dois anos e meio - em Junho - Julho 2017.

A avaliação servirá para efectuar uma revisão técnica do plano do MEPT, e propor modificações para a Matriz Operacional do Plano.

A avaliação técnica poderá ser efectuada por consultores nacionais independentes do MEPT, e a avaliação administrativa e financeira por uma empresa de auditoria.

As organizações membros do MEPT e os parceiros são convidados a participar no processo de avaliação.

Avaliação Final - depois de 5 anos - em Novembro - Dezembro 2019.

Esta avaliação servirá para efectuar uma revisão técnica do plano do MEPT, e propor recomendações para o quinquénio seguinte, devendo seguir o mesmo procedimento de contratação de consultores para a prestação do trabalho.

De igual modo, as organizações membros do MEPT e os parceiros serão convidados a participar no processo.

11. MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

Actualmente, o MEPT tem financiamento para actividades específicas destinadas ao fortalecimento dos sistemas de gestão interna e melhoria dos mecanismos de coordenação com os membros e a nível provincial, devendo a contribuição da Ibis estender-se até final de 2015. A Campanha Global de Educação financia as acções de advocacia de educação para todos.

O orçamento indicativo para o período de implementação do actual plano estratégico (2015 – 2019) é de cerca de 7.648.027,MT anuais (o equivalente a cerca de 218.515,00USD), devendo as despesas do primeiro ano incidir sobre o fortalecimento institucional do MEPT, como por exemplo, a revisão ou elaboração do seu regulamento interno, normas e procedimentos de gestão e controlo programático e administrativo, adquirir meios e equipamento para realização do seu trabalho, bem como elaborar uma estratégia de mobilização de fundos.

Para o período quinquenal 2015 – 2019, a estratégia do MEPT é de incluir todas as actividades no Plano Estratégico e, posteriormente, procurar financiamento para o Plano Operacional na sua totalidade. Isto só será possível se o MEPT, tão cedo quanto possível, desenvolver ou melhorar os seus sistemas de gestão administrativa e financeira, de monitoria e avaliação, bem como as políticas internas de prevenção da fraude e prestação de contas. O MEPT deve solicitar contribuições dos seus parceiros para o Programa de uma maneira geral e não para actividades específicas.

O modo de financiamento ideal seria a criação de um “fundo comum” para financiar o plano estratégico do MEPT, com um sistema de prestação de contas comum (ex.: Fórum Mulher, MINEDH....). Esta discussão deverá ser aprofundada a nível da direcção do MEPT, envolvendo os seus parceiros de apoio técnico e financeiro.

12. Referências bibliográficas

Balanço da implementação do Programa do Governo na área de Educação 2010-2014, Progressos e desafios, Ministério da Educação 16/10/2014,

Contribuição do sector da Educação, Plano Operacional 2015-2018 do Plano Estratégico da Educação 2012-2019(28/02/2015)

Desempenho do sector da Educação 2013, Relatório, (Versão 3a - Final, 28/03/2014)

Movimento de Educação para Todos, Reunião do Grupo Conjunto de Coordenação (GCC) Alargado, Maputo, Ministério da Educação, MOÇAMBIQUE, 18 de Dezembro de 2014

MOZAMBIQUE- Accessing the variable tranche (GPE),s.d.

Outcome document from ANCEFA Regional Education Policy Forum, Addis Ababa, Ethiopia, 9-10 december, 2014

Partilha de constatações sobre MEPT Jim Ferguson , VSO, Maputo, 30 de Setembro, 2014

PLANO ESTRATÉGICO DE EDUCAÇÃO, Reunião Anual de Revisão, Documento número 1.01/RAR15

Plano Estratégico 2009 – 2013/14, Setembro, 2014

Relatório de Avaliação do Plano Estratégico do MEOPT 2009 – 2013/14, Setembro de 2014

Relatório Sobre os Seis Objectivos da Educação para Todos Ministério da Educação Moçambique, 23 de Dezembro de 2014

Relatório Situação das Crianças em Moçambique 2014, UNICEF

Reunião de Planificação do QAD, 2014

ANEXO I. MATRIZ OPERACIONAL DO PLANO ESTRATÉGICO

Área Estratégica	Objectivo Estratégico	Resultados	Actividades	Indicadores	Meios de verificação
1.0 Capacitação	1.1. Melhorar a capacidade de governação interna e gestão da organização, aos diferentes níveis (Central, Provincial, Distrital).	1.1.1. MEPT tem consolidada uma estrutura organizacional, e adopta práticas de boa governação interna e gestão que facilitam a transparência e eficácia a todos os níveis da instituição	1.1.1.1. Realizar assembleias-gerais anuais do MEPT	Nº de AG realizadas	Actas das AG e relatório de avaliação organizacional
			1.1.1.2. Criar um mecanismo de articulação entre os membros a diferentes níveis (grupos temáticos, comités ou outras formas de representação a nível local)	Nº de membros filiados e interagindo entre si, nas acções coordenadas pelo MEPT	
			1.1.1.3. Criar um mecanismo de coordenação regular com parceiros técnicos, outras redes nacionais e internacionais (p. ex Ancefa);	Nº de grupos temáticos provinciais criados a nível dos fóruns provinciais e distritais; Nº de encontros regulares dos membros do grupo temático a nível local	
			1.1.1.4. Criar e aplicar um Guião de Programa e o Sistema de Monitoria e Avaliação do programa do MEPT	Guião de Programas e Sistema de Monitoria e Avaliação do MEPT funcional a partir do II semestre de 2015	Documento do sistema de M&E
			1.1.1.5. Criar um sistema de gestão (políticas e procedimentos administrativos e financeiros, códigos de ética, política salarial, etc.)	Guião de procedimentos administrativo-financeiros, <i>procurement</i> e de auditoria interna no MEPT funcional a partir do II semestre de 2015.	Documento de Procedimentos Administrativos e Financeiros
			1.1.1.6. Criar uma equipa de trabalho permanente, remunerada,	100% do <i>staff</i> recrutado, contratado, capacitado e com	Relação nominal, contratos e

Área Estratégica	Objectivo Estratégico	Resultados	Actividades	Indicadores	Meios de verificação
			capacitada e avaliada periodicamente	registo de análise do desempenho periódico documentado.	relatórios de avaliação
	1.2. Melhorar a qualidade e a eficácia das intervenções das organizações da sociedade civil membros do MPET através da difusão de melhores métodos e conhecimento técnico e científico	1.2.1. As organizações da sociedade civil membros do MEPT realizam com eficácia as suas intervenções nos espaços de diálogo político com o governo e na mobilização social.	1.2.1.1. Capacitar os membros em técnicas específicas para participação na articulação com o Estado sobre problemáticas da educação	Nº de capacitações e de membros capacitados; Nº de membros capacitados que replicaram a nível de grupos de base local; Nº de réplicas realizadas e de beneficiários; Nº de grupos de base local usando habilidades e ferramentas no diálogo com os órgãos do estado (<i>IPCC, Conselhos consultivos distritais, observatório provincial, reunião de coordenação sectorial DPE/ONGs,</i>	Relatórios de capacitações e Relatórios de monitoria
1.2.1.2. Capacitar os membros em técnicas específicas para a participação na monitoria de políticas e estratégias públicas do sector da educação			Nº de capacitações e de membros capacitados; Nº de membros capacitados que replicaram a nível de grupos de base local; Nº de réplicas realizadas e de beneficiários; Nº de grupos de base local usando habilidades e ferramentas na monitoria aos órgãos do estado.		
1.2.1.3. Capacitar os membros			Nº de capacitações e de membros		

Área Estratégica	Objectivo Estratégico	Resultados	Actividades	Indicadores	Meios de verificação
			técnicas sobre mobilização social para a educação..	capacitados; Nº de membros capacitados que replicaram a nível de grupos de base local (<i>conselhos de escola, comissão de pais, clubes de rapariga, núcleo de alfabetizadores, etc.</i>) Nº de réplicas realizadas e de beneficiários.	
			1.2.1.4. Promover palestras para os membros sobre as metas do PES e temas à volta da problemática da educação de qualidade para todos no país.	Nº de palestras promovidas; Nº de participantes; Nº de províncias abrangidas.	
2.0. Advocacia	2.1. Influenciar os actores estatais e não estatais para a adopção e implementação efectiva de políticas, legislação, comportamentos e práticas favoráveis que melhorem o acesso a uma	2.1.1. Melhorada a eficácia da acção de advocacia baseada em evidências	2.1.1.1. Realizar pesquisas sobre problemas recorrentes na área da educação, para propor legislação ou diplomas normativos conducentes à mudança de situação e a melhoria da qualidade de educação em Moçambique	Nº de pesquisas realizadas	Relatórios de pesquisas
			2.1.1.2. Realizar acções de advocacia para garantir que haja Leis ou outros diplomas de natureza legal, diplomas ministeriais, políticas, planos, programas e orçamentos ajustados às necessidades dos cidadãos no	Nr. de campanhas de advocacia promovidas; Nº de dispositivos legais propostos; Nº de dispositivos legais aprovados.	Leis aprovadas no Parlamento Resoluções de conselho de ministros

Área Estratégica	Objectivo Estratégico	Resultados	Actividades	Indicadores	Meios de verificação
	educação de qualidade para todos.		que se refere a disponibilidade, acesso e qualidade de educação		Relatórios de pesquisa CAP
			2..1.1.3. Realizar acções de advicaia, mobilização e consciencialização social, para garantir que haja práticas e comportamentos favoráveis que dignifiquem a rapariga e as pessoas com deficiência no direito a educação básica, e os jovens e adultos a alfabetização.	Nr. de campanhas de mobilização social promovidas	Relatórios de monitoria Posicionamentos públicos
			2.1.1.4. Coordenar a participação da SC nas reuniões de consulta e decisão sobre planos e orçamentos a nível do MINEDH e outros Órgãos de Poder	Nº de participações no MINEDH (GLE); Nº de participações nas reuniões de coordenação da DPE e ONGs; Nº de posicionamentos públicos; Nº de dispositivos legais aprovados.	

ANEXO II. MATRIZ DE MONITORIA DE EFEITOS E IMPACTOS

Impactos:	Indicadores objectivamente verificaveis	Linha Base Jan 2015	METAS ACUMULADAS					Meios de verificação
			2015 Dezº	2016 Dezº	2017 Meio-termo	2018 Dezº	2019 Dezº	
Em Moçambique, todas as crianças em idade escolar têm acesso a educação de qualidade e sem discriminação até 2019.								
Objectivo estratégico: Melhorar a capacidade de governação interna e gestão da organização, aos diferentes níveis (Central, Provincial, Distrital).								
Resultado intermédio: MEPT tem consolidado uma estrutura organizacional, e possui práticas de boa governação e de gestão que facilitam a realização da sua visão, missão, objectivos e resultados de forma transparente e eficaz a todos os níveis da instituição.								
Realizar assembleias-gerais anuais do MEPT	Nº de assembleias-gerais realizadas e documentos aprovados	S/I	1	2 (1 anual)	3 (1 anual)	4 (1 anual)	5 (1 anual)	Actas das AG anuais
Criar um mecanismo de articulação entre os membros a diferentes níveis (grupos temáticos, comités ou outras formas de representação a nível local)	Nº de membros filiados e interagindo entre si nas acções coordenadas pelo MEPT	134	134	134	134	134	134	Relação actualizada de membros e evidências de participação nas acções do movimento (p. ex. grupos temáticos, campanhas)
Promover a criação de grupos temáticos a nível dos fóruns provinciais da SC (e a nível dos distritos onde estes existam)	Nº de grupos temáticos provinciais criados a nível dos fóruns provinciais e distritais	2 (focada e feduza)	11 (1p/província)	11	11	11	11	TOR e lista de membros

	Nº de encontros regulares dos membros do grupo temático de educação a nível local	S/I	132 = 12 x 11 <i>provincias</i> <i>(1 p/mês)</i>	264 <i>(132)</i>	396 <i>(132)</i>	528 <i>(132)</i>	660 <i>(132)</i>	Sínteses dos encontros e lista de participantes
Criar um mecanismo de coordenação regular com parceiros técnicos, outras redes nacionais e internacionais (p. ex Ancefa);	Existe documentado um sistema de coordenação regular com parceiros técnicos, outras redes nacionais e internacionais e está em funcionamento a partir do II semestre de 2015	S/I	1	1	1	1	1	Guião de apoio à coordenação
Criar e aplicar um Guião de Programa e o Sistema de Monitoria e Avaliação do programa do MEPT	Guião de Programas e Sistema de Monitoria e Avaliação do MEPT funcional a partir do II semestre de 2015	S/I	1	1	1	1	1	Documento de sistema de M&E

Criar um sistema de gestão (políticas e procedimentos administrativos e financeiros, códigos de ética, política salarial, etc.)	Guião de Procedimentos Administrativo-financeiros, <i>procurement</i> e de auditoria interna no MEPT funcional a partir do II semestre de 2015	S/I	1	1	1	1	1	Documento de procedimentos administrativos e financeiros
Criar uma equipa de trabalho permanente, remunerada, capacitada e avaliada periodicamente	100% do <i>staff</i> recrutado, contratado, capacitado e com registo de análise do desempenho periódico documentado	3	5	5	5	5	5	Relação nominal, contratos e fichas de avaliação de desempenho
Objectivo estratégico: Melhorar a qualidade e a eficácia das intervenções das organizações da sociedade civil membros do MPET através da difusão de melhores métodos e conhecimento técnico e científico.								
Resultado intermédio: As organizações da sociedade civil membros do MEPT realizam com eficácia as suas intervenções nos espaços de diálogo político com o governo e na mobilização social I.								
Capacitar os membros em técnicas específicas para participação na articulação com o Estado sobre problemáticas da educação.	Nº de capacitações realizadas	S/I	11 (1 x 11 <i>provin.</i>)	22 (1 x 11 <i>provin.</i>)	33 (1 x 11 <i>provin.</i>)	44 (1 x 11 <i>provin.</i>)	55 (1 x 11 <i>provin.</i>)	TOR e Relatórios de actividades
	Nº de membros capacitados	S/I	134 (12 x 11)	Lista de participantes				

			<i>provin)</i>	<i>provin)</i>	<i>provin)</i>	<i>provin)</i>	<i>provin)</i>	
	Nº de membros capacitados que replicaram a nível de grupos de base local	S/I	20%	30%	40%	50%	60%	Relatórios de actividades
	Nº de réplicas realizadas e de beneficiários	S/I	27/540	40/800	54/1080	67/1340	80/1600	Relatórios de actividades
	% de grupos de base local usando habilidades e ferramentas no diálogo com os órgãos do estado (<i>IPCC, Conselhos consultivos distritais, observatório provincial, reunião de coordenação sectorial DPE – ONGs, etc.</i>)	S/I	20%	30%	40%	50%	60%	Relatórios de actividades
Capacitar os membros em técnicas específicas para a participação na monitoria de políticas e estratégias públicas do sector da educação	Nº de capacitações realizadas	S/I	11	22	33	44	55	Relatórios de actividades
	Nº de membros capacitados	S/I	134	134	134	134	134	Lista de participantes
	Nº de membros capacitados que replicaram a nível de grupos de base local	S/I	20%	30%	40%	50%	60%	Relatórios de actividades
	Nº de réplicas realizadas e de beneficiários	S/I	27/540	40/800	54/1080	67/1340	80/1600	Relatórios de actividades
	Nº de grupos de base local usando habilidades							Relatórios de actividades

	e ferramentas na monitoria aos órgãos do estado	S/I	20%	30%	40%	50%	60%	
Capacitar os membros de técnicas sobre mobilização social para a educação <i>(protecção da rapariga e da PCD na educação)</i>	Nº de capacitações realizadas	S/I	11	22	33	44	55	Relatórios de actividades
	Nº de membros capacitados	S/I	134	134	134	134	134	Lista de participantes
	Nº de membros capacitados que replicaram a nível de grupos de base local	S/I	20%	30%	40%	50%	60%	Relatórios
Promover palestras para os membros sobre as metas do PES e temas à volta da problemática da educação de qualidade para todos no país.	Nº de palestras promovidas	S/I	11	22 <i>(11)</i>	33 <i>(11)</i>	44 <i>(11)</i>	55 <i>(11)</i>	Relatórios
	Nº de participantes nas palestras	S/I	134	134	134	134	134	Lista de participantes
	Nº de membros que apresentam domínio sobre a problemática da educação e assuntos do plano e orçamento em particular	S/I	50%	60%	70%	80%	90%	Relatórios
	Nº de províncias abrangidas	S/I	11	11	11	11	11	Relatórios
Objectivo estratégico: Influenciar os actores estatais e não estatais para a adopção e implementação efectiva de políticas, legislação, comportamentos e práticas favoráveis que melhorem o acesso a uma educação de qualidade para todos.								
Resultado intermédio	Melhorada a eficácia da acção de advocacia baseada em evidências							
Realizar pesquisas sobre problemas recorrentes na área da educação, para	Nr de pesquisas e/ou estudos realizados	S/I	1	2	3	4	5	Relatórios

propor legislação ou diplomas normativos conducentes à mudança da situação e a melhoria da qualidade de educação em Moçambique				(1)	(1)	(1)	(1)	
Realizar acções de advocacia para garantir que haja instrumentos legais, diplomas normativos, políticas, planos, programas e orçamentos que respondam às necessidades dos cidadãos no que se refere a disponibilidade, acesso e qualidade de educação	Nr. de campanhas de advocacia promovidas	S/I	1	2 (1)	3 (1)	4 (1)	5 (1)	Relatórios
	Nº de dispositivos legais propostos	S/I	1	2 (1)	3 (1)	0	0	Cópias dos dispositivos
	Nº de dispositivos legais aprovados	S/I	1	2 (1)	3 (1)	0	0	Cópias dos dispositivos
	% de crianças que concluem o EP1 com domínio de leitura, escrita e cálculo	S/I ver estatísticas província	Ver metas PES/ PQ (advogar e monitorizar)	Relatórios				
	% de absentismo ao nível do sector de educação, em referencia ao professor	S/I ver estatísticas província	Ver metas PES/ PQ (advogar e monitorizar)	Relatórios				
	rácio aluno/professor no ensino básico	S/I ver estatísticas província	Ver metas PES/ PQ (advogar e monitorizar)	Relatórios				
	Nr de horas de ensino e aprendizagem nas classes do ensino	S/I ver estatísticas província	Ver metas PES/ PQ (advogar e monitorizar)	Relatórios				

	básico							
	% do Orçamento para o sector da educação	S/I ver orçamentos provinciais	<i>Ver metas PES/ PQ (advogar e monitorizar)</i>	Relatórios				
Realizar acções de advocacia, mobilização e consciencialização social, para garantir que haja práticas e comportamentos favoráveis que dignifiquem a rapariga e as pessoas com deficiência no direito a educação básica, e os jovens e adultos a alfabetização	Nr. de campanhas de mobilização social promovidas	S/I	1	2 (1)	3 (1)	4 (1)	5 (1)	Relatórios
	% de retenção de raparigas nas escolas (65% - 5ª e 45% - 7ª)	S/I ver estatísticas província	<i>Ver metas PES/ PQ (advogar e monitorizar)</i>	Relatórios de actividades				
	% de acesso e retenção de crianças com deficiência nas escolas (2%)	S/I ver estatísticas província	<i>Ver metas PES/ PQ (advogar e monitorizar)</i>	Relatórios de actividades				
	% de homens e mulheres alfabetizados (48,1% global dos quais 81,2% área rural)	S/I ver estatísticas província	30% (Meta GdM)	<i>Ver metas PES/ PQ (advogar e monitorizar)</i>	Relatórios de actividades			
Coordenar a participação das OSC nas reuniões de consulta e decisão sobre planos e orçamentos a nível do MINEDH e outros Órgãos de Poder	Nº de participações nas reuniões do MINEDH (GLE)	S/I	2	4 (2)	6 (2)	8 (2)	10 (2)	Relatórios de actividades
	Nº de participações em outros fóruns de consulta e decisão sobre educação	S/I	2	4 (2)	6 (2)	8 (2)	10 (2)	Relatórios de actividades

	Nº de participações nas reuniões de coordenação da DPE e ONGs; (provincial)	S/l	2 x 11 provinc. = 22	44 (22)	66 (22)	88 (22)	110 (22)	Relatórios de actividades
	Nº de posicionamentos públicos	S/l	2 x 11 provinc. = 22	44 (22)	66 (22)	88 (22)	110 (22)	Relatórios de actividades

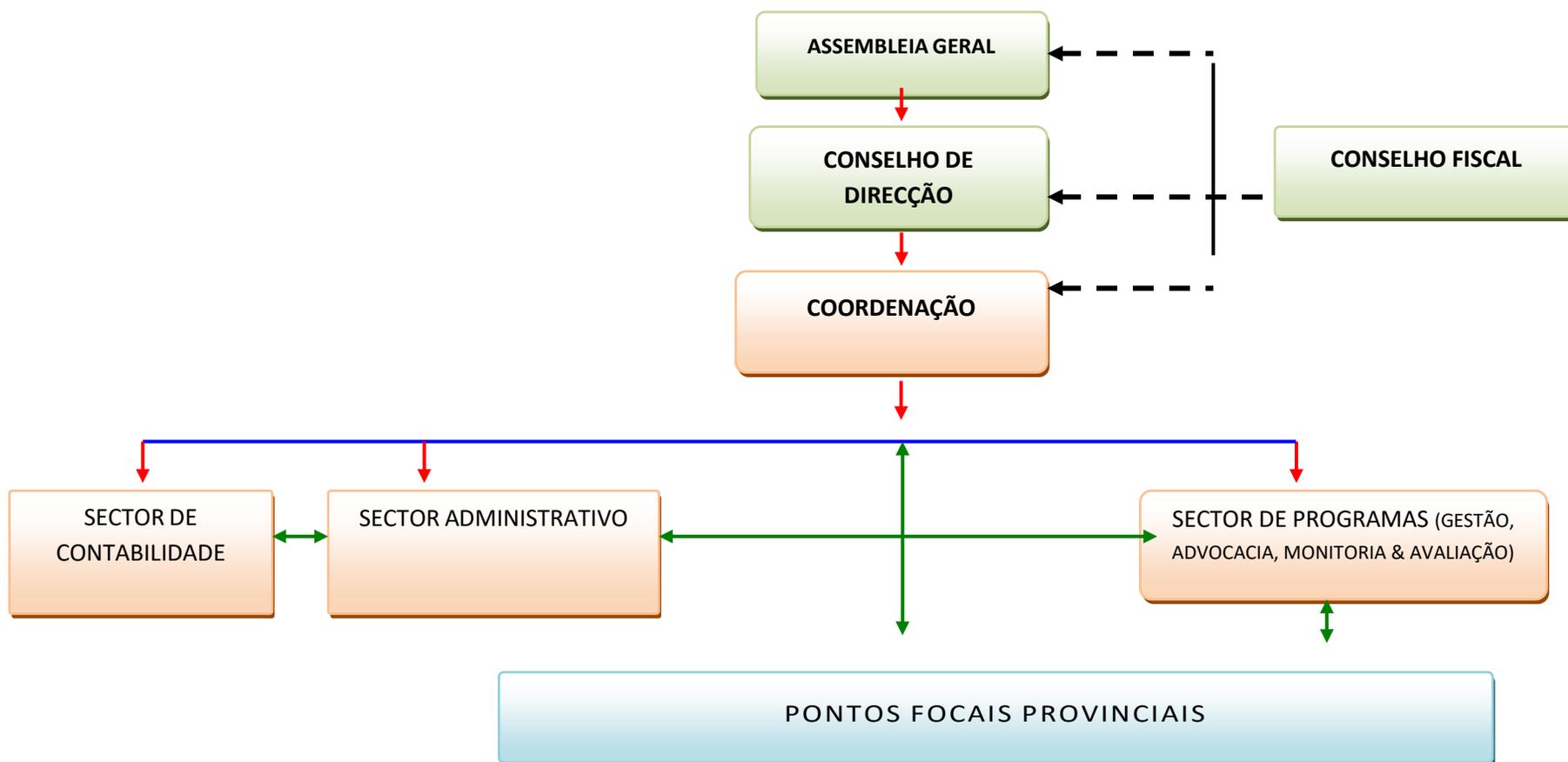
ANEXO III. ORÇAMENTO INDICATIVO

ÁREA ESTRATÉGICA E PRINCIPAIS ACÇÕES POR RESULTADOS	Projeção orçamental 2015-2019					TOTAL
	Períodos de implementação					
	2015	2016	2017	2018	2019	Valor
1. CAPACITAÇÃO (total área estratégica)	7.212.680,00	6.072.264,00	6.311.377,20	7.012.446,21	6.826.368,41	32.990.135,82
Resultado 1 (total R1 Funcionamento)	5.059.680,00	4.782.264,00	5.021.377,20	5.272.446,21	5.536.368,41	25.672.135,82
Pessoal	2.837.680,00	2.979.564,00	3.128.542, 20	3.284.969,31	3.449.217,78	15.679.973,29
Rendas, Comunicações, outros	825.000,00	866.250,00	909.562,50	955.040,60	1.002.792,63	4.558.645,73
Material de Escritório e Consumíveis	327.000,00	343.350,00	360.517,50	378.543,40	397.470,60	1.806.881,50
Equipamentos (Computadores, impressoras, servidor, etc.)	500.000,00	0	0	0	0	500.000,00
Manutenção (Escritório e Equipamento)	120.000,00	120.600,00	126.630,00	132.961,50	139.609,60	639.801,10
Transporte	100.000,00	105.000,00	110.250,00	115.762,60	121.850,60	552.863,20
Auditoria	350.000,00	367.500,00	385.875,00	405.168,80	425.427,20	1.933.971,00
Resultado 1 (total R1 Coordenação e Desenvolvimento de sistemas)	1.308.000,00	690.000,00	690.000,00	690.000,00	690.000,00	4.068.000,00
Revisão de Estatutos e Regulamentos	50.000,00	0	0	0	0	50.000,00
Funcionamento dos Órgãos Sociais e Assembleias-gerais	600.000,00	600.000,00	600.000,00	600.000,00	600.000,00	3.000.000,00

Apoio à promoção de grupos temáticos provinciais	90.000,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00	450.000,00
Desenvolvimento e implementação de Sistemas de Gestão incluindo auditorias	568.000,00	0	0	0	0	568.000,00
Resultado 2 (total R2)	850.000,00	600.000,00	600.000,00	600.000,00	600.000,00	3.250.000,00
Avaliação das capacidades e desenvolvimento do plano de capacitação dos membros e pontos focais	250.000,00	0	0	0	0	250.000,00
Capacitação sobre mobilização e participação comunitária na educação	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	750.000,00
Capacitação sobre monitoria das políticas; planos; orçamentos do governo	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	750.000,00
Capacitação sobre técnicas e planos de advocacia ao governo	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	750.000,00
Palestras, Documentação e disseminação de boas práticas	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	750.000,00
2. ADVOCACIA (total área estratégica)	1.050.000,00	1.050.000,00	1.050.000,00	1.050.000,00	1.050.000,00	5.250.000,00
Resultado 3 (total R3)	1.050.000,00	1.050.000,00	1.050.000,00	1.050.000,00	1.050.000,00	5.250.000,00
Estudos/Pesquisa sobre problemática da educação no país	700.000,00	700.000,00	700.000,00	700.000,00	700.000,00	3.500.000,00
Participação em reuniões de coordenação, persuasão, consulta e decisão dentro e fora	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	750.000,00

do país						
Campanhas de advocacia ao governo para o acesso a educação para todos sem discriminação e de qualidade	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	500.000,00
Campanhas de mobilização social para mudança de comportamento, atitudes e práticas prejudiciais à educação	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	500.000,00
ORÇAMENTO TOTAL 2015-19	8.267.680,00	7.122.264,00	7.361.377,20	7.612.446,21	7.876.368,41	38.240.135,82

ANEXO IV. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MEPT



LEGENDA EXPLICATIVA DAS LINHAS

→ Relação hierárquica

↔ Relação funcional

ANEXO V. LISTA DE PARTICIPANTES NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	LOCAL	TELEFONE	ORGAOS SOCIAIS	MEMBRO	P. FOCAL	PARCEIRO	GOV	SE
1	JOSE Mucuape	D V V	MPT Cidade	82004933 4						
2	Mutuque	Ibis	MPT Cidade							
3	Cornelia Batchi	GIZ	MPT Cidade	84707070 1						
4	Farida Gulamo	ADEMO	MPT Cidade							
5	Ivete Dengo	VSO	MPT Cidade							
6	Semente	ONP	MPT Cidade							
7	Elizabeth Sequeira	Progresso	MPT Cidade							
8	Reinaldo Sive	CCM	MPT Cidade							
9	Abel das Neves	Centro Visão Juvenil	MPT Cidade	84033363 9						
10	Manuel Rego	MINEDH	MPT Cidade							
11	Assis	MINEDH	MPT Cidade							
12	Henriques Veronica	ASADEC	Sofala	82418221 0						
13	Zacarias Zica	Light for The World	Sofala	25812723 40						
14	Mateus Mapinde	Magariro	Manica	82413663 0						
15	Rosario Ventura	FAA	Tete	82755408 0						
16	Ernesto F. Assis	Foprongt/ASA	Tete							
17	Lazaro Sapo	CESC	Zambezia	84467152 9						
18	Elisa Langa	Ibis	Zambezia	82965035 0						
19	Anselmo Cipriano	World Education	Zambezia	82461830 0						
20	Mose Omar	World Vision	Zambezia	82384229 0						

21	Jaime Abudo	AMME	Zambezia	82600334 8						
22	Maria Adozinda	AMODEIA	MPT Provincia	82464350 0						
23	Anastacio Matavel	FONGA	Gaza							
24	Mungoi	CESC	MPT Cidade	82 42 40 510						
25	Agostinho Mamade	Fundação Aga Khan	MPT Cidade	82 30 78 930						
26	Januario de Sousa	UDEBA-Gaza	Gaza	82 3096160						
27	Nganga	FOCADE	Cabo Delgado							
28	Mapilele	Mahlalhe	Inhambane	82893651 0						
29	Albino Francisco	ROSC	Maputo							
30	Tinie	Progresso	Maputo							
31	Zaida Cabral	MEPT	MPT Cidade							
32	Firmino Malate	MEPT	MPT Cidade							
33	Olivia Mondlane	MEPT	MPT Cidade							
34	Nelsa Candeiro	MEPT	MPT Cidade							

